



[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa de 11 de abril de 2019

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas nove horas e trinta minutos, nos Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, reuniu a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, composta por: Manuel Avelar Cunha Santos (Presidente da Câmara), Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro (Vice-Presidente da Câmara), António Manuel Ramos Reis (Vereador), Cláudia de Fátima Bettencourt Veiga da Cunha (Vereadora) e António Manuel Bettencourt Ortins Lourenço (Vereador).-----

Período antes da ordem do dia

O senhor Presidente da Câmara saudou os senhores Vereadores e deu início à reunião. Foram analisados o mapa do registo de ordens de pagamento e o relatório das obras municipais em curso. O Vereador António Reis colocou uma questão relativa a um pagamento, que foi esclarecida pelo Presidente. A Câmara tomou conhecimento das declarações referentes aos recebimentos e pagamentos em atraso, bem como aos compromissos plurianuais, existentes em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, que deverão também ser enviadas à Assembleia Municipal para conhecimento. A Câmara tomou ainda conhecimento do ofício remetido pelo Agrupamento 434 de Santa Cruz da Graciosa, a agradecer a cedência do Multiusos da Graciosa para a realização do Terceiro Festival de Sopas; do ofício remetido pela Direção Regional das Comunidades, a agradecer a prestimosa colaboração prestada pela Câmara Municipal aquando da comemoração do Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, no Centro Cultural da Ilha Graciosa, bem como do ofício enviado pelo Tenente Coronel Amândio Manuel Fernandes Miranda, que, no âmbito da cessação das funções de Comandante Operacional dos Açores, expressou o seu reconhecimento institucional por toda a cooperação e apoio concedidos ao Comando e às Forças Armadas. A Câmara tomou também conhecimento da aprovação dos projetos de reabilitação e ampliação de moradia unifamiliar, de Jorge Miguel Ramos Picanço, sita no Largo de Santo António, n.º 175, freguesia de Guadalupe; de legalização de moradia, dos herdeiros de Mariano Júlio Pereira Santos, sita na Rua Rodrigues Sampaio, freguesia de São Mateus e de construção de moradia unifamiliar, de Francisco Olaio Mendonça de Andrade, sita na Canada da Folga, n.º 8, freguesia da Luz. O Vereador António Reis tomou a palavra





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

para reiterar que, após uma análise mais aprofundada e apesar de não ser especialista na matéria, a sua opinião de que a avaliação do edifício da antiga Ilha Branca é exagerada, mesmo para uma construção recente e de boa qualidade, apresentando como termo de comparação a avaliação de um edifício com as mesmas dimensões de que é proprietário no Centro de Santa Cruz. Acrescentou que, caso tivesse tido acesso a esta avaliação com maior antecedência, teria conseguido apresentar argumentos que levassem a que a negociação tivesse sido feita de outra forma, cujo resultado se teria traduzido numa poupança de oitenta ou cem mil euros para o município, sentindo-se, por isso, culpado por ter votado favoravelmente quanto a esta aquisição. O mesmo vereador enalteceu o grupo de pessoas de São Mateus que se organizou, de forma independente, para protestar contra as obras de proteção da muralha que estão a decorrer naquela freguesia, referindo que, não sendo engenheiro, considera que, se a muralha está ali há mais de cem anos e nunca caiu, será suficiente proceder-se ao seu reforço, não sendo necessária toda a estrutura de enrocamento projetada, que contribuiria, não sua opinião, para uma evolução negativa em termos estéticos, impedindo a normal extensão do areal até à rampa. O senhor Presidente enfatizou o facto de, aquando do recente debate sobre esta matéria, ninguém ter referido a questão das alterações climáticas e da subida do nível das águas, que daqui a cem anos terão condicionado a fixação da areia, pelo que poderá até nem haver praia, considerando que o mais importante é mesmo a efetiva proteção das casas e das pessoas a longo prazo. O Vereador António Reis quis saber qual o tipo de intervenção que está a ocorrer no “Arrosio”, nas Courelas, e se estava previsto o alargamento da canada de modo a permitir o acesso de certo tipo de máquinas. O senhor Presidente esclareceu que a obra é da responsabilidade do IROA, sendo que a acessibilidade por parte de grandes tratores e maquinaria foi uma preocupação tida em conta, pelo que a Câmara está a colaborar com o reposicionamento e recuperação da parede junto ao poço existente no local. O Vereador António Reis perguntou se não haveria forma de pressionar a Direção Regional da Cultura no sentido de reconsiderar a imposição quanto à manutenção da pedra rolada em todos os passeios que estão a sofrer beneficiação, nomeadamente, em frente ao edifício da filarmónica, que, como se está a perceber, terá dois tipos diferentes de pedra, o que, esteticamente, não será o mais adequado. O Vereador concorda que se deva preservar a pedra rolada, típica no nosso centro histórico, mas que em alguns casos não se justifica. O Presidente referiu que se está na eminência de ficar com três tipos de pedra e concorda que esta solução não será a mais adequada, principalmente no que diz respeito à acessibilidade de cadeiras de rodas, informando que tudo fará para que haja bom senso de todas as partes envolvidas e que pelo menos no quarteirão que envolve o edifício dos Paços do





[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Concelho se consiga autorização para colocação do mesmo tipo de calcetamento. A senhora Vice-Presidente afirmou que partilha desta preocupação e que a câmara tem feito todos os esforços para que se consiga uma solução harmoniosa, conjugando os vários tipos de empedramento, de modo a preservar a pedra rolada em alguns passeios e proceder à colocação de calçada portuguesa numa área mais extensa, uma vez que este tipo de pavimento é mais uniforme e facilita a mobilidade de todos. O Vereador António Reis solicitou que se tivesse mais atenção ao número de pontos a incluir na ordem do dia em futuras reuniões, considerando que se poderia ter convocado uma reunião extraordinária para dividir os quinze pontos em discussão na presente reunião.-----

Ordem do dia

1 – AGRAPROME – Pedido de apoio-----

Conforme a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, no âmbito do pedido de apoio da AGRAPROME, e tendo em conta o impacto positivo deste tipo de eventos para a promoção turística e desportiva da nossa ilha, foi deliberado, por unanimidade, colaborar na realização do I Campeonato de Surf da Ilha Graciosa, que decorrerá de vinte e cinco a vinte e oito de abril, através da atribuição um subsídio no valor de dois mil euros.-----

2 – Exposição de fotografia “Perspetivas do Olhar”-----

Perante a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, no âmbito do pedido de apoio do promotor da exposição de fotografia intitulada “Perspetivas do Olhar”, constituída por 30 fotografias que abordam a temática do cancro da mama, e considerando a importância de chamar a atenção para este grave problema de saúde que afeta tantos açorianos, foi deliberado, por unanimidade, colaborar com o evento, através do pagamento do transporte das fotografias e do autor, bem como da sua estadia por um período de três dias, destinados à preparação e realização da respetiva cerimónia de abertura.-----

3 – Moto Club Ilha Graciosa – Pedido de apoio-----

Em face da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, no âmbito do pedido de apoio do Moto Club Ilha Graciosa para a realização do VII Passeio Ilha Graciosa





[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Navegação Todo o Terreno, que será dividido por três etapas, e considerando a crescente relevância do desporto motorizado na nossa ilha, foi deliberado, por unanimidade, conceder um subsídio no valor de quinhentos euros, para a aquisição de troféus, material logístico e outras despesas inerentes à organização do evento.-----

4 – PRODIB – Associação de Promoção e Desenvolvimento da Ilha Branca – Pedido de apoio-----

Ante a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, foi deliberado, com dois votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Socialista, e dois votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, sendo que, em caso de empate, o Presidente da Câmara tem voto de qualidade, conceder um subsídio no valor de trinta mil euros à Associação de Promoção e Desenvolvimento da Ilha Branca – PRODIB para fazer face a despesas com a realização de espetáculos musicais e taurinos, integrados nas Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, conforme previsto nas Grandes Opções do Plano para dois mil e dezanove. O Vereador António Lourenço ausentou-se da sala aquando da votação deste ponto. O Vereador António Reis referiu que o seu sentido de voto vai também ao encontro da chamada de atenção do Revisor Oficial de Contas.-----

5 – Escola Básica e Secundária da Graciosa – Pedido de apoio-----

Conforme a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, na sequência do pedido de apoio da Escola Básica e Secundária da Graciosa, no âmbito da realização dos Jogos Desportivos Escolares - fase Zonal A do 3.º Ciclo do Ensino Básico, com o tema "+Desporto = +Sucesso", foi deliberado, por unanimidade, apoiar este importante evento desportivo, através da cedência de colchões e lençóis, do auditório do Centro Cultural para a realização de atividades artísticas e do respetivo serviço de som, do Pavilhão Municipal e equipamentos para a realização da competição na modalidade de basquetebol, do Complexo Desportivo de Santa Cruz e respetivas instalações sanitárias, bem como da oferta de lembranças às comitivas e do pagamento do transporte das equipas do Aeródromo da Graciosa para a escola e no percurso inverso.-----

6 – Departamento de Arte e Design da UMass Lowell-----

Perante a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, na sequência do pedido de





Handwritten signature and initials in the top right corner.

apoio remetido pelo Departamento de Arte e Design da UMass Lowell, no âmbito da realização de uma visita de estudo de dez dias aos Açores, em que estarão na Graciosa de vinte e dois a vinte e quatro de maio, foi deliberado, por unanimidade, colaborar com o pagamento da estadia dos onze alunos e da professora na nossa ilha, bem como com a oferta de duas refeições.-----

7 – Comemorações do 25 de Abril-----

Em face da proposta apresentada pelo Senhor Presidente e à semelhança de que tem acontecido em anos anteriores, foi deliberado, por unanimidade, comemorar o dia 25 de Abril com um convívio, durante a tarde, no Parque de Merendas da Feteira, durante o qual será servida uma sardinhada e atuará uma banda filarmónica, e com a apresentação de um espetáculo musical no Centro Cultural, à noite, em parceria com o Museu da Graciosa.-----

8 – CPCJ – Pedido de apoio-----

Atendendo ao pedido da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Cruz da Graciosa, foi deliberado, por unanimidade, apoiar a deslocação da Técnica Daniela Bettencourt Santos para participar numa formação sobre a avaliação das capacidades parentais e desenho do plano de intervenção, que será promovida pelo Comissariado dos Açores para a Infância, nos dias seis e sete de maio, na ilha das Flores, através do pagamento dos bilhetes aéreos e das respetivas ajudas de custo.-----

9 – Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na Carreira de Técnico Superior (Contabilidade e Gestão Financeira)-----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta da Senhora Vice-Presidente, que a seguir se transcreve: “Considerando ser da competência própria da Câmara Municipal a autorização de abertura de procedimentos concursais com vista à celebração de uma relação pública de emprego; Considerando que no mapa de pessoal com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado do Município, existe um posto de trabalho vago na Divisão Administrativa e Financeira na categoria de Técnico Superior, licenciatura em Contabilidade e Gestão Financeira e a necessidade de ocupar este posto de trabalho prende-se com a falta de recursos humanos na referida





Câmara Municipal

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Divisão; Considerando que a despesa que se prevê assumir com o presente procedimento tem cabimento de verba; Considerando que de acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das autarquias locais de 15 de maio de 2014, homologada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local de 15 de julho de 2014, “as autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”; Tendo em vista o preenchimento do referido posto de trabalho, proponho que a Câmara Municipal, nos termos da competência atribuída pelo artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2015, de 20 de junho, delibere a abertura de procedimento concursal comum para contratação, por tempo indeterminado, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, de um Técnico Superior para exercer funções nas áreas de Contabilidade Gestão Financeira, nomeadamente: Elaboração e acompanhamento de processos de candidatura a fundos comunitários, com submissão dos respetivos pedidos de pagamento; análise e acompanhamento das oportunidades de candidaturas existentes em cada momento; elaboração de resumos síntese do número de avisos abertos em cada momento e possibilidades de candidatura aos mesmos por parte do Município; apoio na elaboração dos documentos previsionais do Município; apoio na elaboração da prestação de contas individuais e consolidadas do Município; apoio na implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP); controle e conferência de documentos contabilísticos; apoio na implementação da contabilidade de custos; gestão do património. Proponho ainda que o júri do procedimento concursal supramencionado seja o seguinte: Presidente: Maria da Conceição de Sousa da Luz Cordeiro – Vice-Presidente da Câmara; Vogais efetivos: Cláudia Raquel Lourenço Vieira da Silva e Maria de Lurdes Constantino Faustino – Técnicas Superiores; Vogais suplentes: Ricardo Avelar Mendonça e Carlos Alberto Côrte-Real e Silva – Técnicos Superiores.”-----

10 – Concessão de esplanadas-----

Conforme a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, foi aprovada, por unanimidade, a arrematação, em hasta pública, de duas esplanadas, na Praça Fontes



Município de Santa Cruz da Graciosa
Reserva da Biosfera
Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |
Telef: 295730040 | Fax: 295732300
www.cm-graciosa.pt
Nif: 512069760





[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

Pereira de Melo, na Vila de Santa Cruz, com a base de licitação de cem euros mensais, cada, e lanços mínimos de cinco euros. A ocupação terá a duração de cinco meses, prazo este que poderá ser prorrogado.-----

11 – Alteração da data de tourada à corda tradicional-----

Perante o requerimento apresentado pela Comissão de Festas de Nossa Senhora da Guia a rogar a alteração do mapa de touradas tradicionais, que prevê a realização da tourada à corda naquela localidade no período compreendido entre maio e junho, no sentido de o evento passar a ocorrer no período entre junho e julho, de modo a estar incluído nas referidas festas, que este ano serão levadas a cabo em julho, a Câmara deliberou, por unanimidade, não aprovar o pedido, uma vez que a edilidade não tem competência para proceder à alteração do Mapa de Touradas Tradicionais constante da Resolução n.º 38/2017, de 9 de maio, não se verificando, assim, o enquadramento legal à alteração do período de realização de uma tourada tradicional, como é o caso da tourada em apreço, atendendo a que, por um lado, o Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, não tem norma que o preveja e, por outro lado, um dos requisitos a preencher aquando da classificação desta tourada como tradicional, na legislação à data em vigor, era "deverá ter lugar em data fixa". Todos os presentes mostraram vontade de resolver o problema desta comissão de festas, bem como de todas as comissões que se encontrem em situação idêntica, propondo que se desenvolva esforços para se dar início a um processo que permita recolher os dados necessários que comprovem que a referida tourada preenche os requisitos necessários para ser classificada como tradicional e que, posteriormente, possa ser levado à Assembleia Municipal para eventual aprovação.-----

12 – Empreitada do Parque da Pesqueira-----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta do senhor Presidente para que seja solicitada à Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, para a empreitada do Parque da Pesqueira.-----

13 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2018-----

Foram apresentados ao Órgão Executivo os documentos de prestação de contas relativos ao período que decorreu de um de janeiro a trinta e um de dezembro do ano





Câmara Municipal

Handwritten signature and initials in the top right corner.

transato, para efeitos de discussão e votação, a fim de serem apresentados ao respetivo Órgão Deliberativo, e remessa ao Tribunal de Contas. De seguida o Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração: “No sentido de encerrar o ano económico de 2018, procedemos à apresentação dos documentos de prestação de contas e do relatório de gestão do ano em apreço, que descrevem, de forma sucinta, toda a atividade desenvolvida pelo Município de Santa Cruz da Graciosa. Segundo estes documentos, as contas da autarquia continuam a demonstrar uma situação financeira estável e equilibrada. À semelhança de anos anteriores, a metodologia utilizada incidiu na elaboração de quadros, gráficos e rácios, através dos quais se pretende evidenciar o comportamento das variáveis mais relevantes da gestão municipal, não apenas no período em análise, mas também a sua evolução face a anos anteriores. Em 2018, o Município manteve a prestação dos seus serviços essenciais, nomeadamente, distribuição de água, recolha de resíduos, saneamento, CATL, cinema, iluminação pública das vias municipais, Piscina Municipal, Mercado Municipal, Biblioteca Municipal, Casa-Museu João Tomaz Bettencourt, Multiusos da Graciosa, entre outras não menos importantes, tendo, ao longo do ano, procurado melhorar os serviços prestados. A execução global fixou-se em 90% para a receita e em 85% para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em 2018 foram de 3.743.366,44€, correspondendo a uma execução de 99,68%. As receitas de capital foram de 1.179.105,30€, correspondendo a uma taxa de execução de 65,71%. A execução orçamental das despesas correntes situou-se nos 3.061.834,15€, tendo registado uma execução de 88,33%. A execução das despesas de capital foi de 2.040.102,79€, representando uma taxa de execução de 80,5%. Três valores importantes a salientar são as despesas com pessoal -1.282.279,20€, encargos com empréstimos - 163.518,48€ e apoios concedidos - 677.046,05€, pelo que a soma destes valores mostra que a margem disponível para outras aquisições é limitada e o investimento depende do acesso aos fundos comunitários. A execução das várias funções que compõem as Grandes Opções do Plano foi a seguinte: Funções Gerais: 167.379,71€; Funções Sociais: 1.678.834,31€; Funções Económicas: 1.034.478,24€ e Outras Funções: 345.768,00€. Das ações inscritas nas Grandes Opções do Plano, destacam-se os apoios diversos a coletividades, associações e famílias, transferências para as Juntas de Freguesia e programas de emprego. Das obras e serviços prestados, apresentam-se como muito relevantes a manutenção do Centro de Atividades e Tempos Livres para crianças do Primeiro Ciclo, a melhoria de condições de habitabilidade em bairros municipais, um vasto conjunto de investimentos na conservação das redes de água e respetivo controlo de qualidade, a manutenção e requalificação da rede viária municipal, entre muitos outros investimentos e trabalhos



Município de Santa Cruz da Graciosa
Reserva da Biosfera
Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |
Telef: 295730040 | Fax: 295732300
www.cm-graciosa.pt
Nif: 512069760





Câmara Municipal

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

efetuados, não menos importantes, mas que representam montantes mais baixos. Reitera-se que, sempre que os bens e serviços estejam disponíveis no Concelho, a autarquia negocia com os comerciantes da ilha em vez de aprovisionar stocks importados, como forma de estimular a economia local, só não o fazendo por imposições de lei. No ano que passou, terminou a empreitada da Rede do Reservatório das Grotas II. Para além disso, o Parque Empresarial encontra-se com uma execução superior a 85 % e o edifício de apoio ao parque de campismo está quase terminado. As contas do Município foram auditadas e serão certificadas pelo auditor externo, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Este ano, juntamos um esboço da certificação como garantia de que as contas foram efetivamente verificadas e estão de acordo com o preconizado na Lei. O documento onde se apresentam as recomendações foi-nos remetido em forma de esboço, tendo sido anexado à ordem do dia para vosso conhecimento, pois já se encontrava elaborado. No entanto, é de referir que essa obrigação apenas existe no envio para a Assembleia Municipal. As atividades municipais prosseguidas nos termos legais permitiram apurar um Resultado Líquido positivo no valor de 488.531,63€, que será repartido de acordo com o estipulado no relatório de gestão. Feita a explicação dos documentos, e para terminar, é com agrado que verificamos boas execuções financeiras, fruto do trabalho dos anos anteriores e renovamos a vontade de continuar a trabalhar para melhorar a vida dos nossos Municípios e de quem nos visita.” Os documentos em apreciação apresentam os seguintes valores: um total de 5.618.232,77€ em “Recebimentos”, sendo 470.336.43€ referentes ao saldo da gerência anterior, 4.925.899,57€ às receitas orçamentais e 221.996,77€ às operações de tesouraria; um total de 5.618.232,77€ em “Pagamentos”, sendo 5.101.936,94€ relativos a despesas orçamentais, 221.669,89€ a operações de tesouraria e 294.625,94€ a saldo para a gerência seguinte, sendo 273.298,63€ de execução orçamental e 21.327,31€ de operações de tesouraria. De acordo com a proposta do Presidente da Câmara, no Relatório de Gestão, a Câmara deliberou ainda aplicar o resultado líquido do exercício de 2018 no montante de 488.531,52€, nos termos do n.º 2.7.3 do POCAL, da seguinte forma: 24.426,58€ para reservas legais e 464.105,05€ para resultados transitados. Terminada a discussão deste ponto da ordem do dia, o Presidente da Câmara determinou que se passasse à sua votação, o que se verificou, tendo os documentos sido aprovados, por unanimidade. O Vereador António Reis considera que a Câmara deve desenvolver uma estratégia que permita diminuir o valor das dívidas de terceiros, por se tratar de um montante considerável e possível de recuperar. A Vice-Presidente informou que a Câmara já iniciou o processo de recuperação das dívidas referentes ao serviço de água, estando-se



Município de Santa Cruz da Graciosa
Reserva da Biosfera
Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |
Telef: 295730040 | Fax: 295732300
www.cm-graciosa.pt
Nif: 512069760





atualmente a proceder ao envio de ofícios de aviso de dívida e, passado o período estipulado para regularização de pagamentos, ao envio de novo ofício onde se encontra estipulado o prazo para se proceder ao corte do serviço, sendo que, deste modo, se está a obter resultados positivos na recuperação de alguns montantes em dívida. Neste âmbito, a Vice-Presidente considera que será importante proceder-se à listagem de devedores, por ano civil, no sentido de se excluir as dívidas já consideradas incobráveis pela lei. O Vereador António Reis concordou com esta medida e referiu que a modernização da cobrança será também benéfica para este sistema, designadamente através da obrigatoriedade de se proceder ao pagamento do serviço de água por meio de transferência bancária ou de referência multibanco, à semelhança do que acontece com outros serviços.-----

14 – 2.ª Revisão ao Orçamento, PPI e AMR-----

Após uma breve explanação feita pelo senhor Presidente, a Câmara aprovou com três votos a favor, dos vereadores do Partido Socialista, e duas abstenções, dos vereadores do Partido Social Democrata, a segunda revisão ao Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos e às Atividades Mais Relevantes, para o corrente ano, na qual constam um reforço de cento e catorze mil, trezentos e noventa e seis euros na receita corrente, uma diminuição de trinta e oito mil, duzentos e quarenta e seis euros na receita de capital e em um aumento de duzentos e setenta e três mil, duzentos e noventa e oito euros e sessenta e três cêntimos em outras receitas. Ao nível da despesa, regista-se um reforço de duzentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oitos euros e sessenta e três cêntimos na despesa corrente e um reforço de cento e dezassete mil, seiscentos e oitenta euros na despesa de capital.-----

15 – Procedimento concursal comum para ocupação de cinco postos de trabalho na Carreira de Assistente Operacional - nadadores-salvadores-----

A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta da Senhora Vice-Presidente, que a seguir se transcreve: “Considerando ser da competência própria da Câmara Municipal a autorização de abertura de procedimentos concursais com vista à celebração de uma relação pública de emprego; Considerando que no mapa de pessoal do Município existem 5 postos de trabalho na carreira de assistente operacional previstos e não ocupados; Considerando que a despesa que se prevê assumir com o presente procedimento tem cabimento de verba; Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da competência atribuída pelo artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em





Câmara Municipal

Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2015, de 20 de junho, delibera a abertura de procedimento concursal comum para contratação a termo resolutivo certo, por um período de 120 dias no regime de contrato de trabalho em funções públicas, de 5 assistentes operacionais para exercerem funções de nadadores salvadores, tendo em vista o preenchimento dos referidos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal.”-----

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.-----

O Presidente da Câmara,

A Vice-Presidente,

Os Vereadores,

A Secretária,



Município de Santa Cruz da Graciosa
Reserva da Biosfera
Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa |
Telef: 295730040 | Fax: 295732300
www.cm-graciosa.pt
Nif: 512069760

